



ATA DE REUNIÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

Identificador/Tema	2ª Reunião de Acompanhamento da Estratégia do TRT6 (RAE-TRT6)
Data	16/10/2023
Horário (início/término)	14h15 às 15h30
Tipo	Presencial, com transmissão ao vivo pelo Canal do TRT6 do YouTube
Local	Sala do Tribunal do Pleno TRT-6

2. PARTICIPANTES

	Nome	Atividade/Cargo
1	Adriana Satou Lessa Ferreira Pinheiro	Juíza Auxiliar da Presidência
2	Adriana Paula de Lima e Silva	Diretora da 16ª Vara do Trabalho do Recife
3	Antiógenes Carneiro Pereira Filho	Secretário Geral da Presidência
4	Avany Gomes da Cunha Cavalcanti	Diretora da Secretaria de Auditoria e Controle Interno
5	Beatriz Regina Lacerda de Oliveira Santana	Diretora da 4ª Vara do Trabalho do Recife
6	Carlos Antônio Menezes de Albuquerque	Assessor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
7	Denise Magalhães Farias Andrade	Servidora da Coordenadoria de Administração de Pessoal/SGEP
8	Fábio André de Farias	Desembargador Corregedor do TRT6
9	Filipe Gustavo Ciolfi Guerrero	Servidor da Seção de Projetos Estratégicos/SEGGEST
10	Gilmar de Santana Santos	Chefe da Seção Gestão do e-Social e Iniciativas Nacionais/CIPIN/SEGGEST
11	Henrique José Lins da Costa	Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas

12	Humberto Corrêa de Oliveira Andrade	Secretário Geral Judiciário
13	Igor José Bezerra Brasilino	Diretor da 2ª Vara do Trabalho
14	Juliana Maria Pimentel Venceslau da Silva	Servidora da Seção de Qualidade de Processos Organizacionais/CIPIN/SEGGEST
15	Laís Raiane Miguel Amaral	Servidora da Seção de Acompanhamento e Controle Estatístico/CEP/SEGGEST
16	Lívia Maria Cruz Mota	Assessora da Vice-presidência
17	Luciana de Moraes Hazin	Diretora da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica
18	Luiz Eduardo Moura de Oliveira	Coordenador de Estatística e Pesquisa
19	Luciana von Söhsten	Servidora da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica
20	Mancinelli Faustino Vila Nova	Chefe da Seção de Projetos Estratégicos
21	Márcia Maria Castro Fraga Barroso	Coordenadora de Administração de Pessoal/SGEP
22	Nise Pedroso Lins de Sousa	Desembargadora Presidente do TRT6
22	Patrícia Valença Pinto	Assessora-Chefe do NUPEMEC
23	Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura	Desembargador Federal do Trabalho
24	Samantha Alexandre de Barros	Servidora da Coordenadoria de Estatística e Pesquisa
25	Semiramis Rocha de Oliveira	Chefe da Divisão de Saúde
26	Thamires A Mendonça da Rocha	Servidora da Seção de Gestão do eSocial e Iniciativas Nacionais/CIPIN/SEGGEST
27	Verônica Tavares Cavalcanti	Chefe da Seção de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão
28	Verushka de Oliveira Andrade	Coordenadora de Quadro de Pessoal
29	Wlademir de Souza Rolim	Diretor Geral do TRT6

3. DESENVOLVIMENTO

A Desembargadora Presidente Nise Pedroso Lins de Sousa abriu a 2ª Reunião de Análise da Estratégia de 2023 (RAE-TRT6) às 14h15, e logo em seguida passou a palavra para Luciana Hazin, Diretora da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica responsável pela coordenação da reunião.

Luciana Hazin começou a reunião introduzindo o Mapa Estratégico do TRT-6, organizado em objetivos estratégicos divididos em três perspectivas distintas. Esse mapa serve como guia para que o Tribunal alcance resultados significativos para a sociedade. As três perspectivas do mapa estratégico compreendem:

Sociedade

- Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais.
- Promover o trabalho decente e a sustentabilidade.

Processos Internos

- Garantir a duração razoável do processo.
- Promover a integridade e transparência em relação aos atos de gestão praticados.
- Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas.
- Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas.
- Fortalecer a governança e gestão estratégica.

Aprendizado e Crescimento

- Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira.
- Aprimorar a infraestrutura física, material, de TIC e de segurança institucional.

O objetivo é alcançar os indicadores e as metas por meio de iniciativas que abrangem todo o mapa estratégico. Tais indicadores são monitorados pelo CNJ para garantir o alcance dos objetivos estratégicos.

Luciana apresentou o portfólio dos projetos estratégicos, que estão sob a responsabilidade da Seção de Projetos Estratégicos (SPROEST). Ela destacou que houve uma ampliação significativa do portfólio desde a 1ª RAE, totalizando agora 53 iniciativas estratégicas destinadas a impactar as três perspectivas mencionadas anteriormente.

Para o ano em curso, há 7 iniciativas em fase de planejamento, sendo 2 na perspectiva da sociedade e 5 na perspectiva dos processos internos. No eixo de aprendizado e crescimento, há 2 planejadas, 17 em execução e 20 concluídas em todas as perspectivas, além de 7 projetos cancelados ou suspensos.

É importante observar que a decisão de cancelar ou suspender uma iniciativa é baseada na demanda da unidade coordenadora, na mudança de prioridades, em restrições orçamentárias ou ajustes de cronograma para garantir uma execução mais adequada no momento oportuno.

A apresentação dos projetos teve início com a diretora da SEGGEST abordando a implantação dos Pontos de Inclusão Digital (PID), liderada pela juíza auxiliar da Presidência,

Adriana Satou. Esse projeto, coordenado pelo Núcleo de Cooperação Judiciária, teve como propósito ampliar o acesso aos serviços judiciários, culminando na inauguração de 7 PIDs. Novas unidades estão previstas, e o impacto foi direto no Prêmio CNJ de Qualidade e no iGov-TIC.

Outro destaque foi o desenvolvimento do robô de automação AI-R2, próximo da finalização e elaborado pelo LIODS e vice-presidência e desenvolvido pela equipe da STIC. Este projeto está alinhado com a Meta 9, que visa estimular a inovação. Luciana registrou o apoio do desembargador Sérgio Torres e seu assessor Paulo Cerqueira.

Dra. Nise informou sobre a impossibilidade do Dr. Sérgio Torres participar da RAE devido ao curso de precedentes na EJud-6.

Em continuação, Luciana informou que o projeto "Prevenindo trabalho infantil, formando uma sociedade justa e igualitária", está em fase de conclusão e impacta na Meta 11.

Em fase de finalização ainda há o projeto "Prevenindo trabalho infantil, formando sociedade justa e igualitária" que impacta na Meta 11.

Destacou-se também a iniciativa de impacto no objetivo estratégico de garantir a duração razoável do processo, denominada "Aprimorar o desempenho das Unidades Judiciárias na Tramitação Judicial". Essa iniciativa resultou no lançamento do novo Observatório TRT-6, acompanhado de um manual de utilização, e na criação de outros manuais, como o de atuação do 1º grau e o manual para acompanhamento dos processos que afetam as metas. A implementação dos Núcleos de Justiça 4.0 também foi destacada.

As iniciativas "Consolidar a prevenção e o enfrentamento ao assédio moral e sexual" e "Implantar o Programa de Integridade" têm impacto em objetivos estratégicos e devem continuar em andamento em 2024.

Luciana ressaltou diversos projetos com foco em conciliação, e Patrícia Valença solicitou a palavra para informar sobre a necessidade de incrementar a conciliação no 2º grau. A iniciativa "Aprimorar a atuação do Cejusc 2º grau" inicialmente centrada nos processos da vice-presidência, pode ser ampliada após análise processual, destacando a necessidade de uma mudança cultural nos gabinetes para encaminhar processos ao Cejusc.

Livia Mota esclareceu a dúvida do Dr. Fábio ao detalhar as medidas adotadas pela vice-presidência para evitar que os processos encaminhados ao Cejusc 2º Grau impactem nos prazos e nos índices da vice-presidência.

O Dr. Fábio sugeriu a utilização do prazo para inclusão em pauta como oportunidade para realizar audiências de conciliação em projetos de 2º grau. Luciana apresentou outras iniciativas que influenciam o alcance de objetivos estratégicos, atendimento às Metas Nacionais do CNJ, além do Prêmio CNJ de Qualidade.

Destacou-se também a importância dos exames periódicos, sendo registrado que até a presente data apenas 17 magistrados/magistradas realizaram esses exames. A Dra. Semiramis informou que o quantitativo necessário de servidores e servidoras já foi ultrapassado. O Dr. Fábio reforçou que, conforme se comprometeu na RAE anterior, a Corregedoria mencionou nas atas de correição a relevância da realização dos exames

periódicos.

Luciana Hazin introduziu o novo painel de monitoramento dos projetos estratégicos e detalhou os novos projetos planejados para iniciar ainda neste ano ou no início do próximo.

Em seguida, ela informou que a iniciativa de "Aprimoramento Institucional no Prêmio CNJ de Qualidade" foi concluída, envolvendo diversas unidades do Tribunal. O CNJ já divulgou o resultado preliminar, destacando o impacto positivo na busca pela excelência com foco em resultados. O trabalho, que durou aproximadamente sete meses, foi conduzido por um grupo de trabalho desde a publicação da Portaria CNJ n. 82/2023. A iniciativa proporcionou ganhos significativos para a instituição nos eixos de governança, produtividade, transparência, dados e tecnologia, envolvendo unidades como presidência, corregedoria, DG, STIC, SGP e SEGGEST. Nos eixos de Governança, Produtividade e Dados e Tecnologia, os resultados preliminares apresentaram crescimento em comparação com o ano anterior.

Luciana destacou o trabalho notável da Coordenadoria de Estatística em colaboração com a STIC no saneamento abrangente dos dados do Datajud. Apesar de o Tribunal ter alcançado um índice de excelência de 88,66% de acordo com o CNJ, o selo de excelência é concedido apenas ao primeiro colocado entre os tribunais. No resultado preliminar do Prêmio CNJ 2023, o TRT-6 ocupa a sexta posição entre os Tribunais do Trabalho.

Em seguida, Luciana passou a palavra para Luiz Eduardo, coordenador de estatística e pesquisa, que iniciou uma apresentação das ferramentas desenvolvidas para buscar a excelência com foco em resultados. Ele destacou os manuais e painéis criados para auxiliar os gestores na implementação de rotinas de trabalho para suas equipes. Esses recursos estão disponíveis no Observatório TRT-6. Luiz Eduardo apresentou alguns painéis, como o de Gestão de Pessoas e o Acompanhamento das variáveis que interferem no Igest, incluindo a lista de processos pendentes.

Luiz Eduardo elucidou os indicadores que avaliam o impacto das iniciativas estratégicas nos objetivos estratégicos.

Dentro do objetivo "Promover o Trabalho Decente e a Sustentabilidade," dois indicadores foram abordados:

1. **Índice de Conciliação:** com previsão de cumprimento de 100% da Meta 9, estando com 72,50% já cumprido, contudo para a finalização resta apenas a avaliação dos benefícios do Robô AIR2 para a sociedade;
2. **Índice de Combate ao Trabalho Infantil:** Cumprido, atendendo à Meta 11, com coordenação das magistradas Mariana Milet e Odete, envolvendo diversas ações no tema.

Para o objetivo "Garantir a duração razoável do processo, são 03 indicadores:

1. **Índice de Processos Julgados (IPJ):** Acima de 100%, cumprindo a Meta Nacional 01 desde junho, avaliado tanto no 1º quanto no 2º grau, com os processos conciliados contribuindo para o cumprimento da Meta;
2. **Índice dos Processos Antigos (IPA):** Cumprido desde julho,

- abrangendo o 1º e 2º grau, medido a partir do acervo de processos;
3. **Taxa de Congestionamento Líquida (TCLNFISC):** Cumprindo a Meta 5 em 108,29%, com uma taxa de congestionamento de 43,06%.

Para o objetivo "Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas", o Índice de Conciliação é medido para a Meta 3, mas não abrange o 2º grau e a fase de execução. Para conciliação, Luiz Eduardo também mencionou diversos indicadores contabilizados para o Prêmio CNJ de Qualidade e para programas de conciliação promovidos pelos conselhos superiores. Luciana Hazin complementou detalhando cinco indicadores do Prêmio CNJ de Qualidade, destacando que o TRT-6 cumpriu dois, mas não atingiu as metas de acordos em fase de execução, acordos realizados no 2º Grau e acordos em processos com título executivo extrajudicial.

Em seguida, Luiz Eduardo abordou o cumprimento da Meta 3, medida pelo Índice de Conciliação, que está cumprindo, ultrapassando a cláusula de barreira em 40%.

Dr. Fábio comentou sobre as dificuldades em aumentar os índices de conciliação devido ao impacto na produtividade do juiz em processo de promoção quando o magistrado decide encaminhar processos ao CEJUSC. Está sendo mantido contato com a AMATRA-6 para tentar identificar alguma solução para essas situações.

Em continuidade, Luiz Eduardo informou que para o objetivo "Aprimorar a infraestrutura física, material, de TIC e de segurança institucional," o Índice de Cumprimento do Plano Anual de Contratações (ICPAC) mede o cumprimento do plano, com 55% alcançado até a presente data.

Para o objetivo "Incrementar o modelo de Gestão de Pessoas" (IPMC), a meta era reduzir casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos. Embora quatro ações tenham sido realizadas, o quantitativo de exames periódicos a serem realizados pelos magistrados ainda não foi cumprido.

Luiz Eduardo apresentou no Observatório TRT-6 os painéis de metas do DataJud e e-Gestão, este último desenvolvido pelo CSJT, permitindo o acompanhamento de todas as metas nacionais e atualizadas trimestralmente.

No Observatório, também foi demonstrado o procedimento para acessar o arquivo de processos que impactam no alcance das metas, fornecendo suporte aos gestores das unidades judiciárias na identificação e na gestão de processos que levarão a resultados positivos.

Dr. Fábio expressou elogios ao desenvolvimento desses painéis, destacando-os como ferramentas úteis na identificação de estratégias para lidar com os processos de maior impacto.

Luciana Hazin enfatizou a possibilidade de registrar sugestões, críticas e melhorias nos painéis e no Observatório. Além disso, apresentou um painel dedicado ao monitoramento dos critérios do Prêmio CNJ de Qualidade, destacando seu papel não apenas no acompanhamento do progresso para o prêmio, mas também como um mapa visual das

ações realizadas em sua busca.

Em seguida, Luciana acessou o painel de saneamento do CNJ pelo Observatório, demonstrando os resultados que foram monitorados diretamente pelo Datajud para o Prêmio CNJ de Qualidade. Esses indicadores, provenientes de um amplo processo de saneamento conduzido pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa e pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, foram imprescindíveis para pontuar no prêmio.

Concluindo, Luciana informou que o resultado final do Prêmio CNJ de Qualidade será divulgado no início de dezembro, encerrando sua apresentação com agradecimentos a todos os presentes.

A desembargadora Presidente Nise Pedroso Lins de Sousa encerrou a reunião, enfatizando que o trabalho está sendo conduzido com o objetivo de oferecer serviços de qualidade à sociedade. Dra. Nise expressou seus agradecimentos a todas as equipes envolvidas. O encerramento ocorreu às 15h30.

Reunião registrada por Luciana von Söhsten

4. ASSINATURA DA ATA

	Nome Cargo	Assinatura
1	Nise Pedroso Lins de Sousa Desembargadora Presidente do TRT6	<i>Assinado eletronicamente</i>
2	Luciana von Söhsten Diretora da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica em exercício	<i>Assinado eletronicamente</i>
3	Luiz Eduardo Moura de Oliveira Chefe da Divisão de Estatística e Pesquisa	<i>Assinado eletronicamente</i>